

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 – Ativo

Quadro 2 – Passivo e patrimônio líquido

Quadro 3 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado Abrangente

Quadro 6 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras que apresentam uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 9 de maio de 2022

Ademir Schatzmann

CRC/SC nº 021.378/O- SC



SCHATZMANN AUDITORES

CRC/SC nº 6.430/O-1

QUADRO 01
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	703.699	424.221
Contas a Receber		1.958	796
Outras Contas a Receber		31.910	-
Total do Ativo Circulante		737.567	425.017
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	05	-	-
Total do Ativo Não Circulante		-	-
TOTAL DO ATIVO		737.567	425.017

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 02
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	06	8.260	46.750
Obrigações Sociais		-	87
Obrigações Tributárias		-	256
Total do Passivo Circulante		8.260	47.093
Outras Contas a Pagar L.P		-	14.333
Total do Passivo Não Circulante		-	14.333
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	07	363.591	166.656
Superávit (Déficit) do Exercício		365.716	196.935
Patrimônio Líquido		729.307	363.591
Total do Patrimônio Líquido		729.307	363.591
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		737.567	425.017

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 03**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita Operacional Líquida		58.200	4.995
Outras Receitas Operacionais		689.744	519.355
Doações		41.633	-
Mensalidades		-	1.650
Receita de Projetos	08	648.111	517.705
Total Receitas Operacionais		747.944	524.350
Despesas Operacionais		(396.024)	(328.915)
Despesas de Projetos	08	(382.059)	(323.113)
Administrativas	09	(8.645)	(3.316)
Tributárias		(5.320)	(2.486)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		13.796	1.500
Total Despesas Operacionais		(382.228)	(327.415)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO		365.716	196.935

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 04
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit / Déficit do Exercício	<u>365.716</u>	<u>196.935</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes do Exercício	<u>365.716</u>	<u>196.935</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 05**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS**

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019	11.018	155.638	166.656
Incorporação ao Patrimônio Social	155.638	(155.638)	-
Superávit do Exercício	-	196.935	196.935
Em 31 de dezembro de 2020	166.656	196.935	363.591
Incorporação ao Patrimônio Social	196.935	(196.935)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Superávit do Exercício	-	365.716	365.716
Em 31 de dezembro de 2021	363.591	365.716	729.307

QUADRO 06**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO****MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do Exercício	365.716	196.935
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	-	27
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber	(1.162)	(796)
Outras Contas a Receber	(31.910)	-
Fornecedores	(38.490)	46.750
Obrigações Sociais	(87)	-
Obrigações Tributárias	(256)	256
Outras Obrigações	(14.333)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	279.478	243.172
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	279.478	243.172
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	424.221	181.049
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	703.699	424.221

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH** – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil, buscando ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. O IDDH possui status consultivo junto à ONU e é membro do Grupo de trabalho de ONGs para a Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas.

Tendo como missão promover a Educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil, ao longo do ano de 2021 o Instituto realizou as seguintes atividades:

Formação Advocacy Internacional em Direitos Humanos com RPU e Agenda 2030

O curso online discorreu sobre os mecanismos da Revisão Periódica Universal (RPU) e da Agenda 2030 (ODS) para entidades e movimentos da sociedade civil de todo território brasileiro. Sendo assim, este visou, além de oferecer um panorama sobre tais mecanismos internacionais, apresentar possibilidades de atuação do advocacy internacional para a instituição/movimento participante. Dessa forma, as/os participantes foram convidadas a relacionar a atuação da entidade pertencente aos direitos humanos, à RPU e aos ODS, além participarem de uma simulação de avaliação de uma recomendação em coletivo.

Tal formação foi realizada em 3 módulos e disponibilizada pela Plataforma EducarDH. Ao longo de 2021, foram realizadas 4 edições da formação, abrangendo as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte do país. Assim, foi possível alcançar 95 defensoras(es) de direitos humanos, além de outras 168 pessoas que tiveram acesso aos conhecimentos do curso pela multiplicação realizada pelas(os) participantes.

Dentro destas edições foram organizadas 4 edições de mesas redondas com Embaixadas, a fim de aproximar as entidades e movimentos sociais destes atores estratégicos do advocacy internacional.

Formação ODS e Sistemas de Justiça

Esta formação online teve o objetivo de oferecer uma capacitação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), possibilitando a troca de experiências entre agentes implementadores de tal mecanismo, assim como a facilitação do compartilhamento de boas práticas. Dessa forma, pretendeu-se auxiliar na ampliação dos projetos de implementação da Agenda 2030.

Com isso, ao longo de 4 semanas, o curso propôs apresentar o que são e quais são os ODS; identificar a relação entre os ODS e a atuação do Sistema de Justiça, além de refletir sobre a implementação do mecanismo por ele. A formação, ainda, sugeriu mapear cases de implementação dos ODS no Sistema de Justiça e identificar os diferentes desafios de implementação dos ODS no Brasil, através da troca de ideias e experiências entre diferentes implementadores, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/ONU, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Sociedade Civil.

Esta primeira edição da formação foi realizada de forma virtual, através da Plataforma EducarDH e com encontros síncronos pelo Zoom. Participaram dela 40

agentes do sistema de justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina).

Coordenação do Coletivo RPU Brasil

O Coletivo RPU Brasil é uma coalizão composta por organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2018, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas. Desde a criação, o IDDH atua coordenando suas atividades.

Neste ano de 2021, o Coletivo RPU organizou-se em grupos para a elaboração de 10 relatórios temáticos a serem enviados em março de 2022, no formato de Submissão Conjunta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, enquanto relatório paralelo de sociedade civil para assistir ao Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal em sua 41ª Sessão (out/nov 2022), 4º ciclo do Brasil.

Além disso, as organizações membros do Coletivo RPU também participaram ativamente das Audiências Públicas do Observatório Parlamentar da RPU no CDHM para integrar a agenda de atividades da Comissão de DH e Minorias, nas seguintes temáticas: Empresas e DH, Povos indígenas, Trabalho e redução da pobreza/desigualdade e Direito à manifestação e organização.

Por fim, em parceria com o Coletivo, o IDDH realizou o Edital Olhares do Brasil com o objetivo de divulgar artistas brasileiras/os que abordam temas relacionados a direitos humanos em suas obras. Assim, as obras selecionadas estamparão a capa dos 10 relatórios produzidos do Coletivo. Este projeto recebeu 98 inscrições, tornando-se visível a pluralidade de olhares e diversidade artística que contempla uma temática tão sensível e crítica ao país.

Participação em Sessões Regulares Conselho DH

Durante o ano o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Diante disso, levantou pautas, durante a 46ª sessão (fevereiro/março 2021) como, por exemplo, a violência sistemática contra mulheres que defendem direitos humanos, em especial as que ocupam cargos eletivos; a importância da educação em direitos humanos especialmente em tempos de pandemia e a busca por informações fidedignas sobre a situação da pandemia no Brasil. Em paralelo a sessão, a sociedade civil organizou-se para demonstrar repúdio à não adesão do Brasil à declaração conjunta de 63 Estados com vistas a reconhecer o direito a um meio ambiente sustentável e organizou uma Nota Pública sobre a manifestação do chanceler Ernesto Araújo e a Ministra da Família e Direitos Humanos, Damara Alves, em nome do Estado brasileiro sobre a situação pandêmica no Brasil. Na 47ª sessão, apresentou a manifestação por vídeo (vídeo statement) sobre a realidade da pandemia no país que motivou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a postura do Governo Federal contra o enfrentamento da Covid-19, além de pedir junto ao Conselho para que todos os países incluam uma perspectiva intercultural na educação de jovens, para tornar possível o pleno desenvolvimento humano, parte essencial do direito à educação.

O IDDH também co-patrocinou a manifestação escrita (written statement) enviado pela organização New Humanity sobre o direito à educação e a sua importância nos dias atuais e a manifestação por vídeo (vídeo statement) enviado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) sobre a extrema pobreza.

Por fim, na 48ª sessão, o IDDH co-patrocinou a manifestação escrita (written statement) enviado pela Soka Gakkai International, destacando a necessidade do fornecimento de recursos adequados pelo Estado para garantir o bom cumprimento e implementação da Educação em Direitos Humanos; a manifestação por vídeo (vídeo statement) entregue pelo Centre Catholique International de Genève (CCIG), para chamar atenção do Conselho a fim de tornar o mecanismo da RPU mais acessível a organizações de nível local, que não são experts na temática e a manifestação oral (oral statement), entregue pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário, destacando a necessidade do reconhecimento ao direito ao meio-ambiente saudável.

Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH

Em 2021 o IDDH lançou o Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH. A elaboração desta material parte da importância de ampliar o conhecimento e compartilhar informações sobre as incidências que estão sendo realizadas pelas organizações brasileiras no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). Dessa forma, ele visa disseminar os esforços realizados e ampliar a visibilidade das entidades que fazem incidência internacional, a fim de fortalecer a participação cívica em tais espaços.

Para isso, o documento contempla a atuação da sociedade civil brasileira em cada sessão regular do CDH/ONU. Assim, o IDDH convida as/os defensoras/es a conhecer, fortalecer e ampliar tais atuações para que seja possível promover e proteger os direitos humanos no país.

No ano de 2021, foram realizadas duas edições do Boletim, as quais abordaram a 47ª e 48ª Sessões do CDH/ONU.

Desenvolvimento Plataforma Recomendações de DH

Neste ano o IDDH iniciou o desenvolvimento da Plataforma IndexDH, que tem o objetivo de tornar acessível a busca por recomendações internacionais indicadas ao Brasil para qualquer pessoa que tenha interesse em acompanhar a situação dos direitos humanos no país. Ela contará com as recomendações indicadas nos principais mecanismos de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU): a Revisão Periódica Universal (RPU), os Procedimentos Especiais e os Órgãos de Tratados.

A fim de concretizá-la, foram realizadas, no decorrer de 2021, pesquisas para a estruturação do sistema de indexação da plataforma, reuniões com especialistas de mecanismos da ONU (Comitês de Tratado, Grupos de Trabalho, Procedimentos Especiais, CNDH, ACNUDH, etc), duas oficinas com especialistas em advocacy internacional da sociedade civil e pesquisas para levantamento dos perfis de defensoras/es que poderão utilizar a ferramenta futuramente.

Reunião Estratégica para elaboração de Relatórios da RPU

Tratou-se de momento formativo e de implementação do advocacy internacional. Foi oferecida para as/os participantes das formações de advocacy realizadas ao longo de 2020 e 2021 e teve o objetivo de orientar a elaboração de relatórios sobre as recomendações da RPU feitas ao Brasil durante o 3º ciclo do mecanismo, as quais também servirão de base para a revisão do país no 4º ciclo.

Além de orientar a elaboração dos documentos e compartilhar a metodologia, o IDDH disponibilizou a tradução de cinco relatórios conjuntos, sendo um para cada região do Brasil. Os relatórios elaborados serão enviados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os DH, em março de 2022.

Pela Plataforma EducarDH foi possível disponibilizar materiais de referência, para consulta, modelos para elaboração dos seus relatórios, entre outros, para as/os participantes da Reunião.

Formação Advocacy ONU: curso básico

Esta formação online visou oferecer para representantes da Sociedade Civil conhecimento teórico-prático básico sobre os principais mecanismos de Advocacy Internacional em Direitos Humanos do Sistema ONU, além de fortalecer a rede de incidência para atuar neste. Assim, abordou-se conteúdos sobre Conselho de Direitos Humanos, a Revisão Periódica Universal (RPU), os Comitês de Tratado e os Procedimentos Especiais.

O curso estendeu-se por 4 semanas, através da Plataforma EducarDH, e ocorreu em promoção da Plataforma Dhesca, tendo como participantes desta edição 46 pessoas representantes de entidades filiadas e parceiras da Dhesca.

Ao final da formação, as/os participantes conseguiram aproximar-se dos mecanismos e órgãos de defesa dos Direitos Humanos do Sistema ONU; identificar quais as especificidades e diferenças de cada um destes mecanismos; refletir sobre as possibilidades de Advocacy com estes mecanismos do ponto de vista da Sociedade Civil; e exercitar o uso estratégico desses mecanismos, através de uma simulação de atuação coletiva com um dos mecanismos apresentados.

Reunião sobre *Follow-up/Seguimiento* de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul - Coletivo RPU América do Sul

A fim de ampliar a articulação da sociedade civil, em âmbito regional, o IDDH e a FES Brasil organizaram, em novembro, uma reunião para troca de experiências com mais de 20 entidades da sociedade civil da América do Sul que atuam com follow-up/segimiento do mecanismo da revisão periódica universal, a RPU. Nesta oportunidade, foi estabelecido o Colectivo EPU Sudamericano que publicou, durante a Consulta Regional, sua primeira nota coletiva apoiando a criação de mecanismos nacionais de seguimento que respeitem os princípios democráticos da transparência, acesso à informação e participação social.

Edital ECOAR

Finalizado no dia 10 de dezembro de 2021, o Edital ECOAR propôs selecionar 5 defensoras/es de Direitos Humanos, um/a de cada região do país, para

vivenciarem atividades práticas de advocacy durante a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Tal experiência acontecerá em março de 2022, em Genebra, e envolverá atividades de acompanhamento das reuniões da Sessão (debates gerais, diálogos interativos e painéis), participação em eventos paralelos, encontros e diálogos com outras ONGs e Missões Permanentes, por exemplo.

Para participar desta ação, foi necessário ter realizado alguma formação junto ao IDDH, cumprir os pré-requisitos de participação e preencher o formulário de inscrição. A partir disso, os participantes elaboraram, em primeira etapa, um projeto de incidência e, em segunda etapa, um vídeo de apresentação. Tais envios foram contemplados pela banca avaliadora do Edital.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

As Demonstrações Contábeis da **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro, inclusive normas instituídas pela interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Os saldos bancários e de aplicações financeiras cujos recursos irão compor prestações de contas aos doadores estão classificados como "com restrição", visto que sua aplicação é específica as finalidades previstas nos convênios.

d) Ativos Financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

e) Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente (quando aplicável). Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

f) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é

baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Equipamentos de Informática 05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

g) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

h) Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

j) Apuração do Resultado do Superávit (Déficit)

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** reconhece como receitas e custos, os serviços recebidos gratuitamente e subvenções. As verbas recebidas para aplicação em projetos são reconhecidas no resultado à medida que o projeto é executado.

k) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme a expectativa de perdas;

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da Entidade;

Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;

Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações Financeiras	703.699	424.221
Total de Caixa e Equivalentes	<u>703.699</u>	<u>424.221</u>

NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Equip. de Proc. de Dados	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.799)	(1.799)
Valor contábil líquido	-	-
Depreciação	-	-
Saldo Final	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.799)	(1.799)
Valor contábil líquido	-	-

NOTA 6 – FORNECEDORES

	2021	2020
Jader Rosa Rampinelli	1.300	8.800
Jonathan Maicon Francisco	-	3.200
Levante Lab. Sistemas EIRELI	6.960	-
Moises Carlos de Oliveira Jr.	-	12.000
Paulo Malschitzky Neto	-	1.750
Suíany Zimmermann Bail	-	7.500
Taina Revelles Vital	-	13.500
Total de Obrigações Sociais	8.260	46.750

NOTA 7 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é formado pelos superávits/déficits acumulados que representam os recursos destinados a atingir o cumprimento de sua finalidade.

No exercício de 2020 a Entidade incorreu no superávit de R\$ 196.935, e ano de 2021 R\$ 364.554.

Em 2020 o Instituto recebeu subvenções no montante de R\$ 517.705 e no ano de 2021 R\$ 648.111.

NOTA 8 – RECEITAS E DESPESAS DE PROJETOS

O Instituto obtém subvenções para realização de seus projetos, que tem como objetivo promover a educação para a cidadania, diminuindo desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

Sua participação se dá em forma de articulações e redes de direitos humanos visando acompanhar e incidir na política interna e externa de direitos humanos.

Diante disso, realiza e coordena processos de incidência nacional e internacional sobre os direitos humanos no Brasil, em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Mesmo diante da pandemia os projetos se mantiveram ativos, necessitando em alguns casos adaptação dos projetos para atendimento do seu objetivo, assim como novos incrementos financeiros.

No ano de 2021 o instituto promovia os seguintes projetos:

Projeto Noruega

Prazo: 01/2020 a 04/2022

Finalidade: O efeito esperado para o público-alvo do Projeto é o aumento da participação de organizações e movimentos sociais da região Nordeste, com foco em gênero e direitos LGBTI, para a implementação dos ODS e acompanhamento das recomendações do UPR. (Resultado).

Projeto UNDEF

Prazo: 06/2020 a 05/2022

Finalidade: O projeto busca construir um sistema articulado e conjunto de monitoramento de violações de direitos humanos para uso da sociedade civil brasileira, ao mesmo tempo em que fortalece o trabalho das organizações brasileiras de direitos humanos que atuam em nível internacional.

Projeto Canadá

Prazo: 11/2020 a 03/2021 (finalizado)

Finalidade: Instituto de Desenvolvimento dos Direitos Humanos (IDDH) forneceu cursos online para treinar organizações de direitos humanos de todo o país para contribuir com essa tarefa e reforçar suas capacidades de defesa de direitos. Também criou material de treinamento que foi disponibilizado na plataforma de treinamento online do IDDH. O treinamento incluiu a participação da embaixada do Canadá no Brasil e / ou outros representantes do Governo do Canadá, e as atividades teriam destaque nas redes sociais.

Projeto Suíça

Prazo: 01/2021 a 07/2023

Finalidade: Este projeto visa fortalecer o espaço cívico no Brasil, aumentando a participação da sociedade e empoderamento dos defensores de direitos humanos de todo o país. Capacitar defensores de direitos humanos das cinco regiões do Brasil sobre a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Humanidade Universal Sistema de Direitos. Incentivar os defensores de direitos humanos brasileiros a se engajarem em fóruns internacionais abordando os mecanismos de direitos humanos da ONU.

Projeto Países Baixos

Prazo: 01/2021 a 07/2022

Finalidade: Capacitar organizações do sul do Brasil, região com poucas entidades incidindo internacionalmente, para atuar em sistemas de direitos humanos e ampliando especialmente a articulação nas temáticas de gênero e sexualidade nesta região. Aumentar o conhecimento de defensoras e defensores de direitos humanos da região Sul nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos dos quais o Brasil participa, possibilitando articulações com outras organizações e redes na esfera nacional. Ampliar, fortalecer e auxiliar a participação de organizações com foco em temáticas de gênero e sexualidade nos sistemas internacionais de direitos humanos por meio da elaboração de planos de incidência internacional.

NOTA 09 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aluguéis e Condomínios - PJ	(7.404)	(2.124)
Manutenção e Reparos de Imóveis	-	(360)
Depreciações	-	(27)
Energia Elétrica	-	(111)
Telecomunicações	-	(529)
Brindes de Donativos	(320)	-
Material de Expediente	-	(165)
Correios	(134)	-
Despesas com Informática	(70)	-
Assessoria Empresarial	(45)	-
Outras Despesas	(672)	-
Total de Despesas Administrativas	<u>(8.645)</u>	<u>(3.316)</u>

NOTA 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

* * * * *